

Quilombos e quilombolas: a trajetória de resistência e luta na comunidade remanescente do Paredão Baixo em Taquara/RS

Andrea Regina Ramos¹ | Elaine Smaniotto²

Resumo

A escravidão no Brasil sempre foi um tema muito estudado e analisado no que diz respeito ao trabalho, forma de resistência, economia, entre outros aspectos, mostrando que ela ocorreu de forma diferente e com peculiaridades específicas, variando de acordo com a região e os interesses. Pretende-se, com este artigo, relatar a história do Quilombo do Paredão Baixo, localizado no Distrito da Fazenda Fialho, que pertence ao município de Taquara, destacando a Associação Quilombola que atua junto a essa comunidade enquanto instrumento de poder, objetivando obter o título de propriedade definitiva da terra e o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social para todos os remanescentes dessa comunidade. O método está baseado em fontes bibliográficas e documentais, com análise de informações. A pesquisa ocorreu no acervo bibliográfico das Faculdades Integradas de Taquara, na Prefeitura Municipal de Taquara e na sede da Associação Comunitária do Quilombo do Paredão Baixo. Os resultados parciais revelam que a comunidade em estudo está em processo de busca por sua territorialidade, interagindo com os órgãos governamentais, visando aos seus direitos constitucionais por intermédio da Associação Quilombola, além de estarem firmando sua identidade social e cultural junto à sociedade taquarense.

Palavras-chave: Escravidão. Resistência. Quilombo. Territorialidade. Remanescentes.

Abstract

Slavery in Brazil has always been a topic of study and analysis, regarding its labor, way of resilience, economy and other aspects, showing that it occurred differently and with specific peculiarities, according to each region and interests. It is intended with this article, to tell the story of Quilombo do Paredão Baixo, located in the district of Fazenda Fialho, which belongs to the city of Taquara, highlighting the Quilombola Association that works with this community as an instrument of power, aiming to get the ultimate ownership of that land and the development of public policies for social inclusion for all the remnant in that community. The method is based on bibliographic and documentary sources, with

¹ Graduada em História pelas Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT/RS. ramos-andrea@hotmail.com

² Professora orientadora. Faculdades Integradas de Taquara - Faccat/RS. e.smaniotto@ibest.com.br

information analysis. The research occurred in the bibliographic collection of Faculdades Integradas de Taquara, Taquara's City Hall and the headquarters of the Community Association of Quilombo do Paredão Baixo. Partial results show that the studied community is searching for its territoriality, interacting with government agencies, seeking their constitutional rights through the Quilombola Association, and also solidifying its social and cultural identity among Taquara's society.

Keywords: *Slavery. Resilience. Quilombo. Territoriality. Remnant.*

1 Introdução

Muito da história dos quilombos perdeu-se junto com a extinção de comunidades quilombolas. As que resistiram ao passar dos tempos hoje são chamadas de Remanescentes Quilombolas ou Quilombos Contemporâneos. No Vale do Paranhana, mais exatamente no município de Taquara/RS, “o uso da mão de obra escrava era corriqueiro em engenhos, atafonas e plantações, ajudando a movimentar a incipiente economia regional” (BARROS, 2005, p. 37).

Existe uma lacuna na historiografia local e regional no que diz respeito à formação, resistência e luta de Remanescentes Quilombolas do município de Taquara. Nesse sentido, desenvolver um estudo de caso torna-se de suma relevância, principalmente por esta ser uma das principais Comunidades de Remanescentes Quilombolas do município de Taquara e pouco se saber sobre ela, pois até o presente momento existem poucos estudos sobre essa Comunidade. Outro ponto de suma importância é o fato de que esta pesquisa vai ao encontro da Lei 10.639, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos africanos e da cultura africanas e afro-brasileiras, valorizando a sua atuação no passado e no presente, dentro de um contexto nacional e também regional/local, possibilitando que esses conhecimentos sejam disseminados em sala de aula.

Em relação à Comunidade de Remanescentes Quilombolas do município de Taquara, surgiram questionamentos diversos: como se formou o Quilombo do Paredão Baixo de Taquara/RS? Qual foi a trajetória percorrida pela comunidade Remanescente do Paredão Baixo no que diz respeito ao reconhecimento como Remanescentes Quilombolas e qual a importância para uma comunidade descendente de quilombos receber o reconhecimento e o certificado de remanescentes quilombolas? Qual a importância da Associação da Comunidade no que se refere à existência e permanência dessa comunidade como Remanescente de um Quilombo na efetivação do título da propriedade definitiva da terra e de políticas públicas de inclusão social para todos os Remanescentes do Paredão Baixo?

2 Contextualização histórica sobre Quilombos

Com o intuito de povoar a nova terra, em 1530, a Coroa portuguesa enviou con-

tingentes populacionais para garantir a consolidação e o seu domínio. A partir dessa decisão, iniciou-se gradativamente um modelo de servidão baseado na mão de obra escrava: primeiramente, escravidão indígena e, mais tarde, a negra.

Maestri Filho (1988) salienta que os africanos começaram a entrar na colônia portuguesa para suprir a falta de mão de obra indígena e enriquecer nosso país, misturando sua cultura, religião e cor. Os portugueses, ao receberem a bula Papal da Santa Sé³, ganharam o poder de tomar posse do território da África e de praticar o comércio de escravos. Nesse contexto, negros africanos passaram a ser traficados como escravos para a Colônia Brasil.

A escravidão no Brasil teve seu auge com a exportação do açúcar para o mercado internacional, momento esse em que o Brasil mais importou escravos, criando-se uma mini África dentro do país Brasil. A maioria das províncias brasileiras dependia dessa mão de obra, que era considerada barata e de multiuso. O grande comércio negreiro fomentou e proporcionou aos grandes proprietários de terras e comerciantes uma enorme apropriação de riqueza, mas não somente esses homens obtiveram lucros. Alencastro (2000) afirma que a Coroa recebia altas taxas na negociação de escravos, renda vinda dos portos de saída da África, da entrada no Brasil, assim como o clero beneficiou-se com a taxa paga para o batismo desses homens.

Formou-se, então, no Brasil, uma sociedade escravocrata, mercantilista, baseada na força da mão de obra escrava, o que fez surgir variadas formas de confronto e reações dos escravos perante essa sociedade que os escravizava. Vivendo em um contexto de violência, os negros manifestavam suas dores e injustiças por meio de movimentos emancipacionistas, entre eles a *quilombagem*. Esses movimentos surgiram em todos os lugares e espaços onde a escravidão era extrema, como forma de expressão e busca pela liberdade. Moura (1989, p. 22) define *quilombagem* como um

[...] movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis, econômico, social e militar e influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre.

Os quilombolas, como eram conhecidos os negros fujões, formavam grupos e montavam pequenas comunidades chamadas de quilombos, nas quais tentavam levar uma vida cultivando sua cultura e buscando reintegrar sua liberdade que fora usurpada. Mattoso (1988) destaca que os quilombos significavam para os escravos fugidos o retorno à vida que tinham na África, um protesto contra seus senhores e suas imposições, contra toda a forma de repressão e dominação.

O início da colonização no Rio Grande do Sul deu-se a partir da Coroa espanhola, pois, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, esse território pertencia à Espanha, que, com medo de perder o território para os lusitanos, enviou os jesuítas para que, junto

³ A Santa Sé é a sede da igreja católica e inclui os departamentos do governo da igreja que compõem a Cúria Romana (os dicastérios), bem como as embaixadas da igreja em todo o mundo (as nunciaturas).

aos índios guaranis, colonizassem as novas terras, formando as reduções⁴. Após diversos enfrentamentos, tratados e acordos, o território geográfico em que se encontrava o Rio Grande do Sul passou para a Coroa portuguesa, que fez a ocupação de fato.

Seria impossível que, com a transição das terras do Rio Grande do Sul para os domínios de Portugal, este não desfrutaria da mão de obra escrava, porém é de suma importância destacar que, mesmo antes da emancipação, a força escrava já estava presente nas terras do sul, uma vez que

o escravo negro estabeleceu-se nos atuais territórios gaúchos antes do início da ocupação oficial do Sul (1737). Alguns dos paulistas e lagunenses que, a partir dos anos vinte do século 18 ocuparam os Campos de Viamão, devem ter trazido consigo escravos negros (MAESTRI FILHO, 1993, p. 26).

Os grandes proprietários de terras no Rio Grande do Sul utilizaram a mão de obra escrava para diversos propósitos, além de servir de status. Os escravos trabalhavam em atividades urbanas, como carregadores, pedreiros, pintores e em serviços domésticos, todos sendo movidos pelo sonho de comprar a sua liberdade. Nas atividades pastoris, o uso do escravo também era constante, produzindo cereais, plantando para seus senhores, construindo muros com pedras, conhecidas como taipas. Foi na charqueada, porém, que a escravidão criou fortes raízes, pois foi na busca da solução do problema de carregar o gado até as minas, de exportar a carne, que salgar a carne de gado tornou-se uma saída lucrativa, ativando o setor mercantilista. Pelotas surgiu como uma das principais cidades produtoras de charque.

Indiferente do país, estado ou região, ser escravo significava pertencer ao outro, servir. Sendo assim, o desejo de liberdade de um escravo do sul, do Rio de Janeiro, Minas ou São Paulo era o mesmo. Devido a esse desejo, destaca-se que o negro teve grande participação não somente com sua mão de obra aqui no Sul, mas, com o sonho de buscar sua liberdade, participou do Movimento Farroupilha à frente da batalha, representando a categoria de seus senhores, pois, além de serem obrigados a ir à luta, também foi prometida a liberdade para quem sobrevivesse.

Novas pesquisas nos revelam que, no Rio Grande do Sul, existiam quilombos rurais e urbanos de acordo com o local em que seus senhores estavam instalados ou com o tipo de trabalho que o escravo exercia, pois muitos não eram acostumados com as lides do campo e, com isso, procuravam instalar-se mais perto dos centros urbanos, onde a chance de trabalharem clandestinamente era possível. Maestri Filho (1984, p. 128) afirma que “[...] em redor de Porto Alegre, nas ilhas do Guaíba [...], deve ter havido várias concentrações de alguns punhados de escravos e escravas fugidos”.

Rio Grande, Pelotas e Rio Pardo foram os locais onde mais se encontravam qui-

⁴ “Durante o século XVII, iniciou-se a ocupação sistemática do espaço platino pelos europeus. Os Jesuítas fundaram suas reduções, cuja primeira – Concepción – data de 1619, sendo seguidos pelos espanhóis que exploraram outras áreas, ocupadas pela população nativa. Os portugueses também circularam neste território, principalmente através da atuação de comerciantes e de bandeirantes” (REICHEL; GUTFREIND, 1996, p. 64). As reduções jesuíticas tinham como “objetivo reduzir o nativo à vida civilizada. [...] A preocupação da monarquia espanhola de conseguir que o indígena abandonasse o nomadismo deve ser completada com o seu não menor interesse em poder contar com a mão de obra barata e abundante. Na região platina, as reduções jesuíticas nasceram no século XVII. [...] No Brasil as mais importantes reduções formavam os chamados Sete Povos das Missões, localizados no sul do país” (AZEVEDO, 1999, p. 384).

lombos no Rio Grande do Sul devido às charqueadas abrigarem o maior número de escravos do Sul, observando-se que a mão de obra foi essencial para a produção do charque, como já foi citado anteriormente.

Durante os séculos de escravidão, a luta foi uma constante. Mesmo após a promulgação da Lei Áurea, em 1888⁵, a escravidão persistiu por um longo tempo. Os quilombos acabaram, então, por abrigar muitos negros livres que, de uma maneira ou de outra, tentaram manter viva sua cultura. A maioria dos escravos libertos acabou mudando-se para os centros urbanos, vendendo sua mão de obra e gerando, conseqüentemente, uma grande camada pobre, vivendo à margem da sociedade.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a situação dos quilombos brasileiros começou a receber um novo olhar, pois inseriu entre seus dispositivos legais o direito à propriedade de suas terras. Hoje, os habitantes dos quilombos são chamados de Remanescentes Quilombolas e carregam consigo uma gama de leis que veio a contribuir com as comunidades existentes.

3 O negro e a sua participação na construção do município de Taquara

O município que hoje chamamos de Taquara foi, nos seus primórdios, colonizado por lusos-açorianos. Fernandes (2011, p. 15) explica:

A presença luso-açoriana no território, anterior à colonização europeia no Mundo Novo teve a função de preparar o terreno para o estabelecimento dos colonos que levaram o nome da região para o mundo. Atuaram como uma frente de expansão, de limpeza do terreno que permitiria a ocupação posterior [...].

A frente de expansão foi responsável pela derrubada das matas e pela preparação de terrenos. Iniciou-se, gradativamente, o ciclo de valorização de terras.

Tanto as terras de Santa Cristina do Pinhal como as da Colônia do Mundo Novo fizeram parte de São Leopoldo, no Vale do Sinos. As terras onde hoje é Taquara pertenciam a Antonio Borges de Almeida Leans, que batizou sua propriedade de Fazenda do Mundo Novo. Mossmann Sobrinho (2008) relata que a atual cidade de Taquara pertencera a Santa Cristina do Pinhal, um dos primeiros municípios do Vale do Paranhana. Porém, como o processo de consolidação de Pinhal foi um pouco complicado devido à demarcação de fronteiras, sendo Santa Cristina do Pinhal, ora pertencendo a Santo Antônio da Patrulha, ora a São Leopoldo, ora a Porto Alegre. Após, no decorrer da história, houve mudanças.

A região de Taquara teve seu desenvolvimento com base inicial agrícola. Os colonizadores tiveram, em um primeiro momento, muito trabalho junto às terras, porém o rio foi um ótimo componente para que a prosperidade andasse junto a essa gente. De

⁵ Lei que decretava o fim da escravidão no Brasil, foi assinada em 13 de Maio de 1888 pela regente Princesa Isabel. Lei nº 3.353, de 13 de Maio de 1888: Declara extinta a escravidão no Brasil. A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os subditos do Império que a Assembleia Geral Decretou e Ella Sancionou a Lei seguinte: Art. 1º É declarada extinta desde a data d'esta Lei, a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário(SIC) Publicação: Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/5/1888, Página 1 Publicação Original (BRASIL, 1888).

acordo com Popp e Reinheimer (2011, p. 127), “o Rio dos Sinos teve, pelo menos até o início de século XX, um papel fundamental na formação de Taquara [...], para a ocupação e para o desenvolvimento da economia [...]. A produção agrícola era distribuída para os grandes centros através da navegação fluvial”.

De acordo com Reinheimer (2005), devido à prosperidade desse povo junto a articulações políticas, a Colônia do Mundo Novo passou à condição de freguesia ou distrito de Santa Cristina do Pinhal em 27 de maio de 1882, com a denominação de Senhor Bom Jesus do Mundo Novo. Em 17 de abril de 1886, passou de freguesia à vila e, a partir daí, tornou-se independente de Santa Cristina. Já em 18 de dezembro de 1908, alcançou a categoria de cidade.

A colonização de Taquara, como já descrito inicialmente, foi quase que totalmente composta por imigrantes alemães. Todavia, antes disso, as terras já haviam sido habitadas por luso-brasileiros e seus descendentes que, segundo Barros (2005, p. 37), “[...] já se dedicavam ao cultivo de cana de açúcar e mandioca para fazer melado, cachaça, rapadura e farinha. O uso da mão de obra escrava era corriqueiro em engenhos, atafonas e plantações, ajudando a movimentar a economia regional”. Portanto, Taquara e cidades vizinhas contaram com o braço do escravo negro na construção e formação da sociedade.

Segundo Fernandes (2003, p. 159), em Santa Cistina do Pinhal, entre 1868 e 1870, havia um total de 2.471 moradores e cerca de “[...] 528 famílias formadas, predominantemente, por dois (20,64%), três (14,39%) ou quatro indivíduos (14,77%). [...] Há 224 escravos (8,17%) pertencentes a 61 famílias [...]”. Com essas informações, torna-se evidente a participação da mão de obra escrava na construção da futura Taquara.

Santa Cristina do Pinhal serviu como ponto fluvial devido à proximidade da localidade com os rios, e foi por meio de portos como esse que muitos afrodescendentes entraram nas regiões próximas e foram espalhando-se. Sendo assim, lembra-se a célebre frase: “onde há escravidão, há resistência”. Foi na antiga Colônia do Mundo Novo que se instalou uma das formas mais eficientes de resistência, o Quilombo.

3 Quilombo do Paredão Baixo de Taquara

No Distrito da Fazenda Fialho, no município de Taquara/RS, encontra-se a Comunidade Remanescente Quilombola do Paredão Baixo, um dos principais Quilombos existente no município. Para a Fundação Palmares⁶, “Quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos”.

Não são muitos os registros da história do Quilombo Paredão Baixo, porém, por meio dos trabalhos bibliográficos mais contemporâneos, com depoimentos orais, laudo antropológico da Comunidade, documentos pertencentes à Associação Quilombola e

⁶ Fundação Palmares tem por objetivos formalizar a existência destas comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas. Conforme o artigo 2º do Decreto 4887/2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (FUNDAÇÃO PALMARES, 2013).

constantes visitas no local, foi possível o desenvolvimento desta narrativa. Segundo Machado (2008, p. 1318),

[...]o que se conta é que essa região foi aos poucos sendo habitada por descendentes de escravos negros, e que aos poucos foi se tornando uma comunidade. As habitações feitas de modo bastante rústico de barro e capim, em meio ao mato denso, rodeado por animais silvestres de diversos tipos. Colhia-se frutos da região, mas também, já havia uma incipiente lavoura de milho e feijão, capaz de auxiliar no sustento destas famílias que gradativamente vinha aumentando. [...] Era segundo relato da vó Anita um local bastante isolado [...].

Uma das personagens mais importantes e respeitadas do Quilombo Paredão Baixo é dona Anita, nascida em 1931. Antes de ficar doente, atuava como benzedeira. Além de atender o povo local, recebia pessoas de várias localidades que vinham em busca da cura por meio das suas mãos, inclusive descendentes dos senhores proprietários de escravos. Para Moreira (2003, p. 249), “[...] não se deve subestimar o trabalho de cativos idosos, que concentravam boa quantidade de informações médicas (ou de cura) de culturas diferentes africanas e locais”.

Por ser uma personalidade mais antiga, dona Anita possui laços de parentesco com a maioria das pessoas da comunidade, portanto é considerada uma representante legítima dos Remanescentes do Quilombo do Paredão Baixo de Taquara.

O quilombo do Paredão, que abrigou e abriga grande parte dos quilombolas da localidade, recebeu o nome de Paredão devido ao fato de as pessoas terem se instalado em um local íngreme, um perau, na divisa com o município de Gravataí (INCRA, 2005)⁷. Segundo estudos, esse Quilombo formou-se logo após a abolição da escravatura, quando os negros foram sendo libertados. Desesperados, procuravam um local seguro para se esconder, com medo de serem recapturados. Os escravos pertenciam à antiga Fazenda Fialho (daí o nome de Distrito da Fazenda Fialho), que tinha sua sede na divisa com Gravataí. “Esse refúgio no mato teria se dado logo após a abolição, quando o carrasco abriu o cativeiro e bateu nos prisioneiros para irem embora em dois ou três dias” (ANITA, 2004, *apud* RUBERT, 2005, p. 91).

Segundo Rubert (2005, p. 35),

O processo gradual de libertação que vinha ocorrendo desde a década de 1850, seja através de leis específicas (lei do ventre livre, lei dos sexagenários etc.), seja através da criação de impostos sobre a propriedade de escravos, pode ter fomentado a formação das comunidades remanescentes cujos descendentes persistem até os dias atuais.

É incontestável que alguns quilombos tiveram suas origens após o processo de libertação, porém, no caso do Quilombo do Paredão Baixo, há algumas dúvidas a respeito de sua origem, contestando, de certa forma, os relatos de Rubert (2005) citados anteriormente. Em pesquisas mais recentes, surgiram questionamentos sobre a origem

⁷ INCRA - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária representa a questão agrária no Brasil. Esse documento do qual se retiraram informações foi redigido por representante do INCRA, na questão agrária em Taquara. No que envolve o Quilombo, o documento refere-se ao Processo de Regulamentação do Quilombo Paredão Baixo - Taquara RS, que foi enviado à Fundação Palmares para que a comunidade fosse legalizada como Remanescente Quilombola.

desse quilombo. Para buscar as respostas, as visitas à localidade foram tornando-se uma constante, pois, se eles foram realmente soltos por seus senhores, por que se esconderam no mato em um local íngreme, tendo paredões em sua volta?

Por meio de diálogos com os moradores da comunidade, como dona Anita Domingos da Silva, as informações colhidas levam a acreditar que, muitas vezes, a história passa por novas interpretações, novos olhares, o que ocorre no caso do Quilombo do Paredão Baixo. Segundo pesquisas, os “Fialhos”, no final do século XIX e no início do século XX, eram donos majoritários da área que hoje se conhece como Fazenda Fialho, a qual, atualmente, conta com moradores vindos de várias localidades, além dos habitantes do Quilombo. Os negros fugiam das senzalas dos “Fialho” e escondiam-se nos matos. Existia o medo de serem recapturados, caçados por cães em meio à mata, já que os que eram levados de volta enfrentavam a “corda”, que era o chicote. A vida na Fazenda Fialho para os escravos era sofrida, com trabalho pesado e constantes castigos. Conta-se que, na fazenda, havia um enorme tronco que ficava em um ponto bem alto da propriedade, e os senhores mandavam os negros subirem até o topo do tronco e ficar dias após dias a observar os arredores da fazenda para avisar quando a “guarda” se aproximava. Os negros que resistissem o tempo que fosse necessário sem descer para se alimentar ou tomar água e conseguissem avisar a chegada dos homens temidos pelos senhores da fazenda eram recompensados com a liberdade. Isso, porém, pouco acontecia, pois os negros não aguentavam muito tempo na ponta do tronco e acabavam caindo.

De acordo com as pesquisas realizadas até então, o Quilombo do Paredão foi, inicialmente, formado por negros da Fazenda Fialho para buscar a sua liberdade na tentativa de recomeçar a vida fora das senzalas e longe do trabalho escravo. Os quilombolas escolheram esse lugar específico, onde seus descendentes vivem até hoje, devido aos grandes paredões de difícil acesso que formavam paredes de proteção, o que lhes dava uma chance maior de não serem capturados.

Com o passar dos tempos, o Quilombo do Paredão Baixo passou a abrigar negros de várias localidades, pois esses acreditavam ser ali um local de segurança. Foram firmando-se no local, criando redes de relacionamento, construindo casas de barro com capim, cultivaram plantações e criaram animais para sua subsistência. Iniciaram, assim, um processo lento de retorno às suas origens, tendo como princípio a liberdade.

Com o passar dos anos, muitos ex-escravos mudaram-se para áreas urbanas à procura de trabalho, nas quais acabaram por se estabelecerem e não mais retornaram ao Quilombo. Porém, nota-se que, nos últimos anos, ocorreu um aumento populacional representativo. Segundo Rubert (2005, p. 90), “[...] esta comunidade é composta por aproximadamente 20 famílias, divididas em dois núcleos de moradores”. Hoje, de acordo com documentação pesquisada junto ao CRAS⁸ de Taquara, cuja responsabilidade é da Assistente Social Joaquina Oliveira⁹, o Quilombo do Paredão conta com 64 famílias cadastradas junto ao órgão.

⁸ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do SUS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência e uma atuação Intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social.

⁹ Assistente Social responsável pelos trabalhos realizados junto a Comunidade Quilombola do Paredão Baixo de Taquara - RS (2013).

A comunidade do Quilombo localiza-se no Distrito da Fazenda Fialho, no município de Taquara, fazendo divisa com Gravataí. Está a 19 quilômetros do centro urbano da cidade de Taquara. A estrada que dá acesso à comunidade é de chão batido. Percebe-se que os habitantes da Comunidade do Quilombo acabam por ficar isolados, uma vez que não disponibilizam de transporte público para se locomoverem, havendo apenas transporte até a entrada do quilombo. A questão do transporte é algo que a comunidade reivindica há muitos anos, porém ainda não foram contemplados, estão aguardando decisão do órgão público competente.

Com a Constituição de 1988, os Quilombos ganharam um novo espaço, pois foi inserido o direito territorial para as comunidades Quilombolas. O artigo 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias decreta “Aos Remanescentes das comunidades que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2001, p. 160). Infelizmente, o caminho para que as terras pertençam aos quilombolas é árduo e passa por trâmites burocráticos.

A comunidade de Quilombo do Paredão não possui sua territorialidade¹⁰ determinada, ou seja, o artigo 68 da Constituição Brasileira ainda não se tornou realidade para essa comunidade. Porém, os primeiros passos para obter o direito à posse das terras já foram dados. Em 13 de Março de 2007, foi decretado pela Fundação Palmares que essa comunidade é Remanescente Quilombola.

Para a comunidade obter esse comprovante, foi necessário identificar-se junto à Fundação Palmares. Para isso, a comunidade Quilombola do Paredão organizou uma Associação e contou com o apoio da Assistente Social Joaquina Oliveira, que acompanha os quilombolas, em vista do “Decreto nº 4.887/2003, Artigo 2º Parágrafo 1º: Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade” (FUNDAÇÃO PALMARES, 2013).

Juntamente com o pedido de autoidentificação da comunidade quilombola, Oliveira enviou à representante do INCRA nesses assuntos de identificação e território um relatório contextualizando a história da Comunidade: “Processo de Regulamentação do Quilombo do Paredão Baixo Taquara RS”, que foi organizado no ano de 2004.

Art. 3º - Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos [...].

A questão de serem reconhecidos legalmente como Remanescentes Quilombolas foi resolvida. Em relação à medição das terras e ao pedido de titulação, está em andamento junto aos órgãos competentes.

Ao pesquisar sobre o Quilombo do Paredão, buscou-se a diversidade, dar visibilidade às pessoas que mantêm, por meio de muita luta e sabedoria, a sua cultura viva. Hoje, o Quilombo do Paredão, que outrora fora refúgio de escravos africanos, está inserido em um contexto maior: vivem o ontem como se fosse hoje, buscando, dia após dia,

¹⁰ Entende-se territorialidade, no caso dos remanescentes quilombolas, como um espaço de terra delimitado e de direito concebido por lei, às famílias remanescentes da comunidade.

seus direitos e também cumprindo seus deveres.

Segundo registros do ACRA (2013), a comunidade conta hoje com 64 famílias, que ocupam uma área verde, subdividida em terrenos entre essas famílias. De acordo com a certidão de identidade (RG) de cada quilombola, foi possível constatar que a origem das famílias ali presentes gira em torno de quatro matrizes: a família Silva, Hilário, Souza e Rosa. Analisando essa documentação, constata-se que são poucas as pessoas de “fora” dessas raízes que vêm a fazer parte da comunidade. Os habitantes do Quilombo acabam por constituir família, casando-se e gerando filhos entre essas quatro matrizes, fortalecendo os laços entre eles.

As famílias que habitam o Quilombo do Paredão sobrevivem de diversas formas, entre elas economia agrofamiliar, serviços gerais para os vizinhos e chacareiros dos arredores. Algumas mulheres realizam faxinas, mas poucas são as pessoas que trabalham fora do Quilombo. Também foi constatada a existência de uma pedreira, na qual alguns moradores da localidade trabalham e retiram seu sustento.

A realidade de vida dos quilombolas dessa comunidade mudou muito por meio de políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal e do atendimento que Joaquina Oliveira realiza quinzenalmente a essa comunidade. É oferecida a eles assistência em várias áreas. Somente com a documentação em dia, a comunidade é beneficiada por projetos governamentais, pois muitos desses somente são possíveis por meio da Associação de Moradores. Segundo depoimento da Joaquina Oliveira ao site da Prefeitura Municipal de Taquara (PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA, 2013), “além de esclarecer dúvidas, os representantes solidarizam-se às solicitações, e os anseios da comunidade, encaminhando as demandas à apreciação da secretaria para estudo e propostas de soluções”.

Por meio do ACRA, os remanescentes do Paredão estão sendo cadastrados ao PRONAF¹¹, para que esses possam participar do projeto governamental, do qual receberão sementes, ferramentas e assistência no cultivo e nas plantações. Os remanescentes também são beneficiados com o Bolsa Família para as famílias que têm seus filhos na escola, cursos do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego Brasil.

Os remanescentes quilombolas do Paredão Baixo tentam manter viva a sua cultura, mas, hoje, têm consciência da necessidade de uma maior integração entre o rural e o urbano. A Constituição Federal do Brasil, em seus artigos 215 e 216, Seção da Cultura, reconhece a importância da Cultura afrodescendente e decreta ao Estado brasileiro o dever de garantir a manutenção integral dos grupos detentores de tais práticas e saberes. Nesse contexto de leis favoráveis às Comunidades Remanescentes, os quilombolas buscam seus direitos constitucionais e a devida assistência que lhes é garantida, tanto que participam de fóruns, debates, reuniões que lhes são proporcionados.

É possível destacar que quase todas as moradias da comunidade são rodeadas por pequenas hortas, alguns tipos de chás, plantações de aipim e cana de açúcar. Também apresentam, junto às casas, animais pastando, criação de galinhas, porco, coelhos e outros animais que servem para a sua subsistência, além de animais de estimação como gatos e cachorros.

¹¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

No que diz respeito ao direito à educação, atualmente, as crianças da comunidade quilombola frequentam a Escola Municipal de Ensino Fundamental Rudi Lindenmeyer, na localidade de Fazenda Fialho, que atende do pré ao 5º ano. Essa escola conta com 56 alunos, dentre eles, em torno de 26 alunos são moradores do Quilombo do Paredão. As professoras dessa escola residem nas localidades vizinhas, como Santa Cruz, Morungava, Gravataí e também na Fazenda Fialho. A partir do 6º ano até o 9º ano, as crianças passam a frequentar a Escola Municipal Emilio Leichtveis, também no Distrito da Fazenda Fialho. Após o 9º ano, os alunos precisam frequentar as instituições de ensino no centro da cidade de Taquara, porém são poucos os alunos que enfrentam essa jornada maior.

Durante nossa pesquisa, realizamos muitas descobertas no que se refere a essa comunidade, dentre elas está a importância da Associação Comunitária do Quilombo do Paredão Baixo em Taquara/RS, que foi fundada em 05/04/2003. Ela merece um maior destaque devido a sua ação junto a Comunidade local. A Associação é um órgão registrado, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, seu CNPJ é 06081.195/0001-28, tendo a sede localizada na Estrada do Paredão Baixo, 241, Taquara/RS.

No dia 14/08/2013, foi promovida a eleição, segundo a Prefeitura Municipal de Taquara (2013), da Associação dos Moradores da Comunidade Quilombo do Paredão Baixo. O evento aconteceu no próprio Quilombo, com a presença do diretor Geral de Assistência Social e Habitação, Jussie Alberto Teixeira, e da assistente social Joaquina Oliveira.

José Hilário assumiu a Associação no ano de 2009, quando seu irmão João Hilário Silva deixou o cargo, José sentiu-se no dever de continuar o trabalho realizado por seu irmão. Todos conhecem José por “Zé”, pois é um dos moradores de uma das famílias mais antigas da comunidade Remanescente. É um afrodescendente que se reconhece e se identifica como tal, já que a cor de sua pele é negra e ele é ciente de ser um quilombola, o que para a comunidade tem um grande significado. Segundo Silva e Silva (2006, p. 312),

[...] os afrodescendentes, ao se assumirem como negros, estão construindo uma visão positiva de si mesmos, reelaborando sua identidade, em uma atitude de resistência cultural, diferente do sentido pejorativo que possa ter sido construído pelos brancos etnocêntricos. No Brasil, negro é afrodescendente e historicamente está associado à instituição da escravidão.

Para os quilombolas, a Associação da Comunidade é um órgão integrador que possibilita aos moradores da localidade firmar sua cultura e etnia. Por meio da Associação, os quilombolas fortalecem suas raízes e conquistam seu espaço, pois muitos projetos governamentais e assistenciais são propiciados à comunidade quilombola por meio dela. A sede da Associação é utilizada para reuniões periódicas, recebe mensalmente um micro-ônibus enviado pela Prefeitura Municipal de Taquara para realizar atendimento médico. Nela, a população participa de cursos e palestras voltados aos afrodescendentes. A associação não possui fins lucrativos, por isso não é cobrado nenhum valor dos seus associados. Uma descoberta interessante, que mostra modificações na comunidade com o passar das décadas, é o fato de, hoje, a Associação aceitar somente negros como participantes, diferentemente dos registros do ano de 2004, quando Rubert (2005) pes-

quisou a Comunidade Quilombola. Esse fato mostra uma unidade que foi construída durante os anos, servindo como forma de proteção e integração dos negros da localidade.

A Comunidade quilombola realiza, anualmente, uma festa em nome da Associação Quilombola, juntamente com a Igreja local. Além da comunidade local, a festa é aberta ao público em geral, em que brancos e negros confraternizam, deixando longe os tempos em que o salão de baile era dividido em duas partes (uma para brancos outro para negros).

Após a construção da Igreja e a formação da Associação Comunitária, iniciaram-se algumas atividades dentro da comunidade para arrecadar verba, visando à construção do barracão para a Associação, que foi construído junto à Igreja. No Quilombo do Paredão Baixo, Igreja e Associação estão interligadas, demonstrando que a fé e a união do grupo são fatores importantes para os Remanescentes do Paredão.

O nome da Igreja foi escolhido devido ao Santo Benedito, um santo da Igreja Católica, ser de cor preta e de descendência africana, cujos pais foram trazidos da África como escravos para a Itália. São Benedito foi beatificado em 1763 e canonizado em 1807.

Os Remanescentes do Paredão Baixo são católicos e assíduos às missas. Foram, na maioria, batizados na fé cristã, assim como fizeram a primeira comunhão. Porém, a comunidade tinha uma benzedeira, a Vó Anita, o que mostra que os remanescentes possuem uma fé além da Igreja em si. Não é de nenhuma estranheza que os afrodescendentes trouxessem suas crenças do continente africano e aqui as misturassem às dos “brancos”. Segundo Moreira (2008, p. 224),

Senhores de escravos procurando auxílio para doenças junto aos seus próprios escravos ou aos de outros proprietários é um fato que não nos deve espantar. Abundam nos cartórios, registros de cartas de alforria concedidas em agradecimento aos cuidados prestados pelos cativos nas enfermidades da família senhoral.

A Associação Comunitária do Quilombo Paredão Baixo de Taquara, representada por seu presidente, José Luiz Hilário da Silva, propicia à comunidade local a inserção dos remanescentes aos direitos alcançados. José Luiz costuma participar dos seminários, reuniões e palestras que envolvem o tema da afrodescendência, trazendo para a comunidade novidades, assim como na luta pelo direito territorial junto aos órgãos competentes. Na documentação que foi pesquisada no ACRA, pode-se constatar o envolvimento da Associação do Quilombo do Paredão em várias instâncias, não somente na questão territorial, mas principalmente na busca de políticas públicas de inclusão social para todos os Remanescentes do Paredão Baixo.

A terra é algo crucial para os Remanescentes Quilombolas do Paredão Baixo de Taquara/RS como forma de sustentarem suas famílias, como algo de direito, de valorização cultural, autoidentificação, pois vivem em um contexto de limitações financeiras e resistência. A comunidade caminha a passos lentos. Anos de exclusão deixaram essa população à margem da sociedade. Por meio da Associação, eles adquiriram força, um sentimento de união, tanto que, hoje, homens brancos não são mais aceitos como associados, porém, não são excluídos do seu território.

Somente homologação de leis não é suficiente para mobilizar um país com formação social cuja base teve como mão de obra o trabalho escravo. Trata-se de um reco-

nhecimento nacional, cultural, social e político. Silva (2008, p. 207) esclarece que:

[...] discorrer sobre o que foram os quilombos do passado é de extrema importância; na atualidade, recuperar os nichos de resistência negra [...] tornar os pampas um lugar em que o negros também sejam representativos de uma 'identidade gaúcha' [...].

Atualmente, influenciados por uma cultura globalizada, os quilombolas encontram-se rodeados por novas oportunidades que, por lei, lhes foram concedidas e que vêm ao encontro das necessidades básicas do mundo contemporâneo. Nota-se uma clara assimilação de valores externos que, aos poucos, estão interagindo junto às comunidades remanescentes quilombolas. No entanto, também se pode verificar a força que a comunidade demonstra em se firmar junto à sociedade que os excluiu, não deixando sua cultura afrodescendente apagar-se com o decorrer do tempo.

5 Considerações finais

Com a importação de escravos vindos de várias partes da África, como Costa do Golfo de Guiné, de Angola e Moçambique, as fazendas, lavouras de cana de açúcar, café, algodão, tabaco, cacau e também as minas passaram a ser movimentadas com a mão de obra negra. O escravo era apenas mais uma peça de engrenagem para mover essas propriedades. Os negros eram vistos como coisas, apenas mais um investimento. Sendo assim, eram explorados de várias formas, como jornadas de trabalho que chegavam a dezoito horas diárias, má alimentação e moradia, castigos cruéis, aculturação forçada, um sofrimento sem fim.

No Rio Grande do Sul, a indústria do charque mostrou-se como a grande patrocinadora do escravismo, porém, essa mão de obra também foi utilizada para outros fins.

Constatamos que os escravos acabaram por incorporar toda uma cultura que lhes foi imposta, porém continuaram a manter vivas as lembranças de sua antiga África, pois movimentos de rebeldia eram constantes, demonstrando, com isso, que a submissão de um escravo poderia ser rompida. Entre as diversas formas de resistência, a fuga era vista como a recuperação de algo que lhes foi tirado, uma chance de nova vida. Por meio da formação dos quilombos, o sentimento de unidade, fé e esperança firmava-se junto aos negros fujões, que, mesmo cientes da possibilidade de serem recapturados, acreditavam que valia a pena arriscar-se em meio às matas e locais de difícil acesso.

Os quilombos espalharam-se pelo território brasileiro, causando prejuízo e grande movimentação junto aos senhores, que não poupavam esforços para recapturar seu escravo, pois, além de perder seu investimento, sentiam a insegurança e medo da revolta dos quilombolas. Ao longo dos anos, os quilombos foram combatidos e, em sua maioria, destruídos, porém, muitos resistiram até os tempos atuais.

O Quilombo do Paredão Baixo, tema deste trabalho, é formado, atualmente, por uma comunidade de 64 famílias, que ocupam uma área ainda não demarcada pelo Incra. Esses remanescentes quilombolas já obtiveram grandes avanços no decorrer de sua história, e uma delas foi o certificado de Remanescente Quilombola expedido pela Fundação Palmares. A história desse Quilombo ainda não foi explorada em todo o seu potencial, tanto que fontes bibliográficas são mínimas, porém constatou-se, durante este

trabalho, que essa comunidade é oriunda de escravos fugitivos da Fazenda dos “Fialhos”, como eram chamados os antigos fazendeiros donos da propriedade onde hoje se localiza a comunidade quilombola. Os escravos fujões escolheram o local chamado de Paredão Baixo para se refugiarem por esse ser um território envolto por paredões, o que propiciava uma certa segurança aos negros fugidos. Com o decorrer dos tempos, negros escravos de outras localidades começaram a chegar ao Quilombo do Paredão por acreditarem na segurança do local.

Os remanescentes quilombolas do Paredão Baixo vivem em um contexto rural, em que cultivam plantações, criam animais, mantêm horta com uma variedade de verduras e legumes e priorizam a plantação de diversos chás, pois acreditam no poder da cura pelas plantas. Porém, percebe-se que o viver urbano lentamente está se inserindo na vida dessas pessoas. A partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, principalmente no que diz respeito ao artigo 68, em que é garantida a posse das terras às comunidades quilombolas reconhecidas, ocorreu um movimento em prol dessas comunidades em todo o país. A partir de então, os remanescentes do Paredão Baixo, por meio de órgãos sociais, como, por exemplo, o CRAS, tiveram a oportunidade de se inserir como agentes ativos de uma sociedade que, até então, mal os reconhecia. Isso porque, além da garantia de suas terras, a Constituição lhes proporcionou uma gama de direitos sociais, culturais, políticos, religiosos, de educação, que, aos poucos, estão sendo alcançados. No que se refere especificamente à questão do direito territorial, a Comunidade Remanescente do Paredão Baixo está com processo de demarcação de terras junto ao Incra.

Perante a nova legislação garantida na Constituição de 1988, a Comunidade do Paredão Baixo sentiu a necessidade de organizar uma Associação Comunitária, para que houvesse uma representação junto aos órgãos competentes.

Foi através da Associação que os quilombolas adquiriram o seu reconhecimento como Remanescentes, firmaram-se como uma comunidade quilombola de fato e, a partir de então, lutam pelo direito territorial. A Associação Comunitária está legalmente registrada e, atualmente, tem como Presidente o senhor José Luis Hilário da Silva. Junto aos demais quilombolas, realizam-se diversos momentos de integração na Comunidade, como festas, reuniões sociais, palestras. Afinal, seus integrantes são de carne e osso, lutam para sobreviver e não querem apenas sobreviver, mas viver melhor, se possível viver bem, comer, beber, dançar, multiplicar-se em número de pessoas e realizações.

Por meio da Associação do Quilombo do Paredão, a comunidade já foi beneficiada com alguns projetos. Como exemplo, podemos citar os cursos técnicos que são oferecidos aos moradores da Comunidade, o Projeto Minha Casa, em que novas casas serão construídas para que os quilombolas possam ter um melhor nível de vida. Porém, nota-se que as leis nem sempre são cumpridas, levam-se muitos anos até que ocorra uma transformação de fato em uma sociedade em que a cor determinava sua condição de ser humano. Diante disso, mais uma vez é preciso que a própria Comunidade Quilombola se autorreconheça e busque seus direitos junto aos órgãos competentes, atitude essa que a Comunidade Quilombola do Paredão Baixo está realizando com sucesso.

O Quilombo do Paredão, assim como outros existentes em várias regiões do nosso país, luta para manter viva sua cultura afrodescendente, acreditando que é possível haver uma sociedade mais justa e igualitária, em que a cor já não aparece como um

preconceito e sim como traço forte de um povo que junto aos brancos construiu esse país. Na contemporaneidade, está ciente da sua força na luta por uma maior igualdade, mesmo tendo a consciência de que as diferenças ainda persistem e de que a cor ainda faz “a diferença”.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O Trato dos Viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARROS, Paulo Heitor Leal. O mundo do Trabalho. Das senzalas às atafonas: a memória do trabalho escravo e do negro liberto em Taquara. In: REINHEIMER, Dalva (Org.) *Terra Gente e Fé: Aspectos Históricos de Taquara do Mundo Novo*. Taquara: Faccat, 2005. p. 37- 42

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERNANDES, Dóris Rejane. Dos Caminhos de Tropeiros às moradas de favor, às fazendas de Taquara: História do século XVIII ao XX. In: REINHEIMER, Dalva et al. *Caminhando pela Cidade: Apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011. p. 15-34.

_____. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, 2003.

FUNDAÇÃO PALMARES. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br>>. Acesso em: 5 set. 2013.

MACHADO, Dirceu. Quilombo. In: MOSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.) *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: EST, 2008.

MAESTRI FILHO, José Mário. *A servidão Negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. *O escravo gaúcho*. Resistência e trabalho. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

_____. *O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo Gaúcho*. Rio Grande do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Adivinhações, feitiçarias e curas: os poderes naturais e sobrenaturais dos negros e a fé dos senhores de escravos (Rio Grande do Sul/ século XIX). In: PESAVENTO, Sandra; SANTOS, Nádia; ROSSINI, Miriam (Orgs.) *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais: Percursos em História Cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p. 211-237.

_____. *Os cativos e os homens de bem: Experiências Negras no Espaço Urbano*. Porto Alegre: EST, 2003.

MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto. Santa Cristina do Pinhal - Taquara do Mundo Novo: Movimento e Emancipação. In: MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.) *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: EST, 2008. p. 55-63.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.

POPP, Magnus Samuel; REINHEIMER Dalva. Rios, Flora e Fauna: História Ambiental de Taquara do Mundo Novo. In: REINHEIMER, Dalva *et al.* *Caminhando pela Cidade: Apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011. p. 124-131.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA. Disponível em: <<http://www.taquara.com.br>>. Acesso em: 2 jul. 2013

REINHEIMER, Dalva (Org.). *Terra, Gente e fé*. Aspectos Históricos de Taquara do Mundo Novo. Taquara: Faccat, 2005.

RUBERT, Rosane A. *As comunidades negras rurais no RS: um levantamento socioantropológico preliminar*. Porto Alegre: RS RURAL, IICA, 2005.

SILVA, Maciel Henrique; SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Paulo Sérgio. Mediação Social e políticas públicas nas comunidades remanescentes de quilombos no Rio Grande do Sul. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio do; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. (Orgs.). *RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 182- 196.